



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



150ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA, 18 a 22 de junho de 2012

Tema 3.6 da Agenda Provisória

CE150/9 (Port.)
7 de maio de 2012
ORIGINAL: INGLÊS

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE**

ÍNDICE

Página

O que é o Comitê de Auditoria?.....	3
Termos de Referência do Comitê de Auditoria	4
Período de Apuração	4
Constatações do Comitê de Auditoria.....	4
<i>Auditoria Externa</i>	5
<i>Auditoria Interna</i>	6
<i>Avaliação</i>	7
<i>Gestão de Risco</i>	8
<i>Sistemas de Informação</i>	9
<i>Controles Internos</i>	12
<i>Demonstrações Financeiras de 2011</i>	14
<i>Trabalhos do Comitê de Auditoria para 2012–2013</i>	15

O que é o Comitê de Auditoria?

Origem e Composição

1. O 49º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estabeleceu o Comitê de Auditoria em setembro de 2009 mediante a Resolução CD49.R2, “Estabelecimento do Comitê de Auditoria da OPAS.” O comitê possui três membros, cujos mandatos iniciais foram escalonados para permitir rodízio. Seus mandatos podem ser renovados apenas uma vez. O Presidente muda anualmente em sistema de rodízio. No primeiro ano, Amalia Lo Faso presidiu o comitê; no segundo ano, Peter Maertens. Os membros do Comitê de Auditoria são:

- Alain Gillette (junho de 2010 a junho de 2014)
- Amalia Lo Faso (junho de 2010 a junho de 2013)
- Peter Maertens (junho de 2010 a junho de 2012).

Dentro do Sistema das Nações Unidas

2. O conceito de comitê de auditoria tornou-se popular entre empresas de capital aberto ao longo das duas últimas décadas, e foi introduzido no sistema das Nações Unidas ao longo dos últimos dez anos. O estabelecimento de comitês de auditoria vem sendo recomendado por auditores externos e foi identificado como boa prática pela Unidade de Inspeção Conjunta (JIU), pois contribui para o fortalecimento da estrutura de governança e responsabilidade. Para que o comitê seja eficaz, todos os seus membros devem ser peritos imparciais e completamente independentes da OPAS e de suas operações. Os três membros atuais são especialistas em governança, controle interno, gestão de risco e auditoria interna e externa, e sua única relação com a OPAS é através do Comitê de Auditoria.

Função

3. Como princípio fundamental, o Comitê da Auditoria da OPAS fornece assessoria externa, independente, e de alto nível no tocante aos controles financeiros e estruturas de notificação, gestão de risco, auditoria interna e externa e outros controles internos da Organização ao Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) e aos Estados Membros da OPAS através do Comitê Executivo. Duas vezes ao ano, durante dois dias, o Comitê de Auditoria se reúne com a Diretoria Executiva da RSPA, outros funcionários e o Auditor Externo. Além disso, o comitê examina muitos documentos e políticas, recebe orientações e pode visitar as Representações da OPAS/OMS nos países (PWR), como fez em 2011, quando os seus membros visitaram as Representações e Centros Pan-Americanos regionais em quatro países para melhorar sua compreensão do funcionamento da OPAS, seus controles internos, os projetos realizados com verba de fundos voluntários e os mecanismos de seguimento da auditoria.

Termos de Referência do Comitê de Auditoria

4. Os Termos de Referência contidos na Resolução CD49.R2 mencionada anteriormente determinam que o Comitê de Auditoria deve:

- (a) examinar e monitorar a adequação, eficiência e eficácia dos processos de avaliação de risco e administração da Organização, o sistema de controles internos e externos (incluindo supervisão interna e função de Auditores Externos da OPAS) e a implementação oportuna e efetiva das recomendações de auditorias pela gerência;
- (b) prestar assessoramento nas questões relacionadas ao sistema de controles internos e externos, suas estratégias, planos de trabalho e desempenho;
- (c) informar sobre qualquer matéria de política e procedimento da OPAS que exija ação corretiva e sobre melhorias recomendadas na área de controles, inclusive em matéria de avaliação, auditoria e gestão de riscos;
- (d) comentar sobre os planos de trabalho e o orçamento proposto das funções internas e externas de auditoria;
- (e) prestar assessoramento nas implicações operacionais das questões e tendências evidentes nas declarações financeiras da Organização e questões significativas de política de comunicação financeira;
- (f) prestar assessoramento na adequação e eficácia das políticas de contabilidade e práticas de divulgação e avaliar alterações e riscos nestas políticas; e
- (g) assessorar o Diretor no processo de seleção do Auditor Geral da OPAS, e assessorar o Comitê Executivo na seleção do Auditor Externo.

5. O Comitê de Auditoria não realiza auditorias externas nem internas, nem é responsável pelas funções de controle interno, gestão de riscos, ou quaisquer outras áreas sob sua égide. O Comitê assessorar o/a Diretor(a) e os Estados Membros e dá seu parecer sobre se essas áreas estão atuando adequadamente.

Período de Apuração

6. Este relatório cobre as operações de auditoria realizadas de maio de 2011 a abril de 2012, inclusive as Demonstrações Financeiras de 2011, trabalhos relacionados realizados pelo Auditor Externo e o Relatório Financeiro anual apresentado pela Diretora.

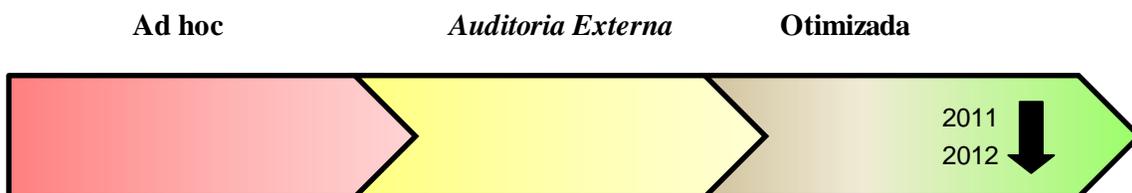
Constatações do Comitê de Auditoria

7. O Comitê de Auditoria examinou documentos, recebeu apresentações e estudou as áreas compatíveis com os seus termos de Referência. Enquanto o Presidente estava no

Panamá a serviço (mas não relacionado com a OPAS), ele aproveitou a oportunidade para visitar as operações da Organização no Panamá e recebeu relatórios sobre dois projetos financiados pelos fundos voluntários. Um resumo das conclusões em formato gráfico encontra-se a seguir. As flechas indicam a percepção da OPAS pelo Comitê de Auditoria no final de abril de 2011 e no final de abril de 2012. As medidas são subjetivas, mas ainda assim configuram uma avaliação comparativa com base na experiência dos membros do comitê, ressaltando os pontos fortes da Organização na parte verde e as áreas que requerem atenção nas partes vermelhas e amarelas. O movimento das flechas mostra o avanço que o Comitê de Auditoria percebeu ao comparar os resultados de 2011 com aqueles de 2012.

8. Algumas áreas examinadas pelo Comitê de Auditoria foram auditadas pelo Auditor Externo em 2011, conforme relatado no Relatório Longo da Auditoria de Demonstrações Financeiras de 2011 (doravante, “Relatório Longo”). Nestes casos, o Comitê de Auditoria remete ao relatório do Auditor Externo em vez de fornecer a mesma informação novamente.

Auditoria Externa



Robusta em 2012, mas precisa se preparar para o novo Auditor Externo.

A Auditoria Externa de 2011

9. A Auditoria Externa de 2011 foi realizada pelo Escritório Nacional de Auditoria do Reino Unido (NAO). Um novo Diretor da NAO foi responsável pela auditoria de 2011, mas muitos dos funcionários da equipe de auditoria eram os mesmos. O Comitê de Auditoria examinou os planos do Auditor Externo e observou que estavam coordenados com o trabalho de Escritório de Supervisão Interna e Avaliação (IES) da RSPA e baseados em considerações apropriadas de risco. O Comitê de Auditoria examinou os seguintes relatórios do Auditor Externo e os discutiu com o Diretor da NAO:

- Relatório Longo da Auditoria de Demonstrações Financeiras de 2011
- Relatório Final da Auditoria e Carta à Gerência sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras de 2011
- Relatório à gerência sobre a visita da auditoria à Representação na Argentina
- Relatório à gerência sobre a visita da auditoria à Representação no Brasil

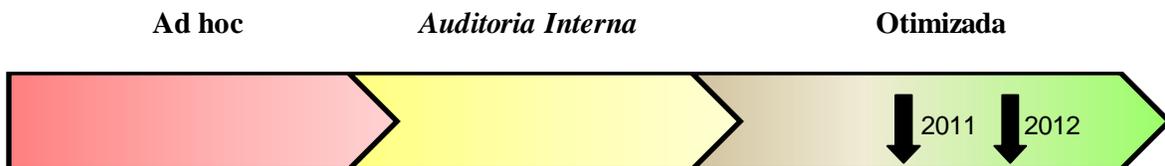
10. O Comitê de Auditoria acredita que a auditoria externa foi realizada de acordo com a parceria entre a OPAS e o NAO e de acordo com as normas profissionais que regem o trabalho dos auditores externos das Nações Unidas, seus fundos e programas e seus organismos especializados. O Comitê de Auditoria não identificou qualquer questão que precisaria informar ao Comitê Executivo ou ao Diretor com relação às Demonstrações Financeiras de 2011 ou suas auditorias além daquelas levantadas pelo Auditor Externo.

11. O Relatório Final da Auditoria e Carta à Gerência examinaram o grau em que as recomendações do Auditor Externo estão sendo acatadas e postas em prática. Na opinião do Comitê de Auditoria, apesar de muitas recomendações só terem sido acatadas parcialmente, o trabalho realizado pela OPAS fornece uma base sólida que permite a resolução a maioria das questões. Porém, algumas recomendações permanecerão em aberto.

A Auditoria Externa de 2012 e Além

12. A auditoria externa das contas de 2012-2013 e 2014-2015 será realizada pelo Tribunal de Auditoria da Espanha, que foi escolhido pelo Conselho Diretor da OPAS de acordo com a Resolução CD51.R3 (2011). O Comitê de Auditoria foi informado que, até o final de abril de 2012, o contrato com o Tribunal da Auditoria da Espanha ainda não havia sido assinado. Não ter um auditor externo à disposição, seja por quanto tempo for, seria preocupante. O Comitê de Auditoria foi informado sobre a situação e apoia as medidas que estão sendo tomadas pela Diretora em relação às providências necessárias para conseguir celebrar um contrato com o Tribunal.

Auditoria Interna



Robusta em 2012, mas a OPAS deve melhorar a implantação das recomendações em aberto.

Efetividade da Auditoria Interna

13. O Comitê de Auditoria está satisfeito com as atividades de auditoria interna realizadas pelo Escritório de Supervisão Interna e Avaliação (IES) da RSPA. O Comitê observou melhoras no quadro de funcionários, no número de questões significativas

auditadas e no impacto dos seus relatórios em termos de fortalecer os controles internos da Organização. O Comitê de Auditoria gostaria de destacar algumas das boas práticas que observou:

- (a) bons planos anuais de auditoria baseados em risco foram elaborados e colocados em prática;
- (b) o Escritório de Supervisão Interna e Avaliação emite um relatório anual transparente;
- (c) o Escritório omitiu uma opinião anual sobre os controles internos da Organização;
- (d) o Auditor Externo pode confiar no trabalho de auditoria interna do IES; e
- (e) foi realizado seguimento trimestral das recomendações do IES em aberto, com elaboração de relatórios correspondentes.

Recomendações do IES

14. O IES realiza seguimento trimestral das recomendações em aberto e elabora relatórios transparentes a respeito, destacando as recomendações há mais tempo em aberto e de mais alta prioridade. O número de recomendações está aumentando. Isso exige esforços adicionais por parte da gerência para garantir que tais recomendações serão acatadas e implantadas. O Comitê de Auditoria recebeu um projeto de política sobre Seguimento da Auditoria e Análise da Gerência, que deve melhorar a eficácia do monitoramento da implementação de todas as recomendações da supervisão interna.

Análise pelo Auditor Externo

15. O Auditor Externo examinou as atividades internas de auditoria e identificou, no seu Relatório Longo, algumas áreas que requerem melhoria.

Avaliação



É preciso desenvolver mais a fundo uma política de avaliação, estratégia e metodologia.

Efetividade da Avaliação

16. O IES tem uma pessoa inteiramente dedicada à função de avaliação. Este indivíduo realizou duas avaliações principais, além de algumas avaliações de pequena escala, e forneceu assessoramento sobre outra avaliação. Os detalhes encontram-se no Relatório do Escritório de Supervisão Interna e Avaliação (Documento CE150/23), apresentado à 150ª Sessão do Comitê Executivo. Os gerentes de programa e projeto também terceirizam avaliações independentes do IES. Para demonstrar as contribuições importantes que essas avaliações podem e devem fazer aos mecanismos de prestação da OPAS, o IES resumiu as lições aprendidas de 18 relatórios produzidos externamente.

17. Os termos de referência e relatórios de avaliação devem estar disponíveis para os interessados diretos importantes, e devem ser documentos públicos. Documentação facilmente consultável e legível a respeito das avaliações também pode contribuir tanto para a transparência como para a legitimidade.

Necessidade de uma Política

18. No momento, todos os relatórios de avaliação são principalmente para uso interno. A transparência normalmente facultada aos doadores, receptores e interessados diretos precisa ser desenvolvida. O Comitê de Auditoria discutiu com a Gestão Executiva da RSPA a necessidade de possuir uma política e uma estratégia que orientem claramente sobre quando e como as avaliações devem ser realizadas e geridas, e quais normas devem ser seguidas para essas tarefas e para os relatórios correspondentes. Esta política/estratégia também incluiria a definição de funções e responsabilidades de parceiros como consultores, gerentes de programa e o IES.

Gestão de Risco



Os elementos básicos para um sistema de Gestão de Riscos (ERM) estão sendo implantados.

Desenvolvimento da Gestão de Risco na OPAS

19. Em 2011, a OPAS tomou medidas significativas para introduzir um sistema de gestão de risco (*Enterprise Risk Management*), com o auxílio de verbas voluntárias. Alguns avanços já obtidos incluem:

- (a) definição de uma estrutura de gestão de riscos baseada na norma 31000 da Organização Internacional de Normalização (ISO);
- (b) estabelecimento de um comitê superior de gestão de risco;
- (c) avanços na elaboração de um projeto de política e de um manual e na elaboração de um projeto de treinamento inicial;
- (d) aquisição de uma plataforma de software denominada “Sistema de Informação para a Gestão de Risco;” e
- (e) realização de exercícios pilotos relacionados com duas Representações, com a função de compras e com os fundos rotativos.

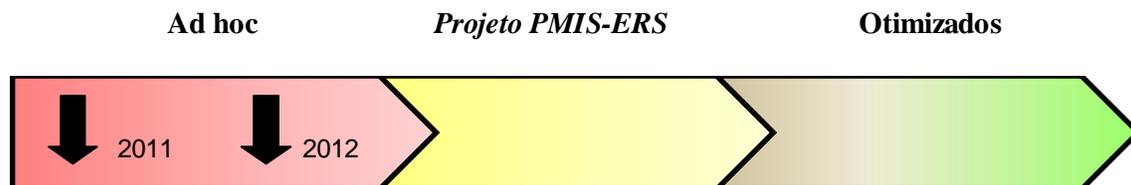
Próximos Passos

20. O Comitê de Auditoria discutiu com a EXM os passos a ser seguidos em 2012–2013. Estes incluem a finalização do registro de risco, expansão da cobertura para atingir mais da Organização, e integração do sistema de ERM nos Planos Estratégicos da OPAS. Uma área que precisa ser abordada e gerida atentamente é o monitoramento e seguimento dos planos de mitigação (elaborados para reduzir riscos).

Análise do Auditor Externo

21. O Auditor Externo realizou uma análise da introdução do sistema de ERM e sugeriu quais áreas precisam ser fortalecidas. Esta análise consta do Relatório Longo.

Sistemas de Informação



O projeto está se solidificando, mas há muitos indicadores preocupantes a abordar.

Antecedentes

22. Os esforços iniciais de introduzir o Sistema de Informação Gerencial (PMIS) da RSPA usando um software do tipo sistema integrado de gestão empresarial (SIGE ou *Enterprise Resource Planning*, ERP) começaram em 2008. O projeto de modernização foi anunciado formalmente em junho de 2011 pela Diretora.

23. O Comitê de Auditoria compreende plenamente a necessidade de implementar o PMIS através de um sistema de ERP, e reconhece que este projeto terá um impacto considerável sobre os processos de trabalho, procedimentos e controles internos da Organização. Porém, há outras considerações. Uma destas é o fato que pelo menos um dos sistemas que precisam ser substituídos é tão obsoleto que depende de um sistema de apoio singular que o Centro de Computação Internacional das Nações Unidas (ICC) manterá em funcionamento somente para a OPAS do meio de 2014 em diante. Isso torna o sistema oneroso e coloca a sua continuidade em risco. Até que o atual sistema de contabilidade seja substituído, permanece o risco de que o sistema possa não ser capaz de produzir as demonstrações financeiras em algum momento futuro.

24. A mudança para um sistema de ERP significa que a Organização tem que ajustar seus processos de trabalho ao software, e isso exige muita reengenharia dos processos atuais, que repercutirá na maneira como muitos funcionários desempenham suas funções. Além disso, o projeto requer muitos tipos de habilidades técnicas que poucas organizações, inclusive a OPAS, teriam internamente, e que têm um custo de aquisição muito alto se obtidas mediante contratação externa. O risco de não poder reunir todos esses fatores é que o Projeto de PMIS-ERP pode fracassar ou só ter êxito parcial. Este risco geralmente é alto em qualquer organização, e a OPAS não foge à regra.

25. Por este motivo, o Comitê de Auditoria pediu orientações sobre o avanço do projeto em cada uma de suas reuniões, e vem fornecendo assessoria à Gestão Executiva da RSPA e à equipe de projeto com base nessas atualizações. Este tema já foi mencionado no primeiro Relatório do Comitê de Auditoria (Documento CE148/20 [2011]), apresentado na 148ª Sessão do Comitê Executivo da OPAS.

Progresso Até o Momento

26. Até junho de 2011, os avanços foram lentos. Muitos dos elementos necessários para o sucesso do Projeto de PMIS-ERP ainda não haviam sido implantados. Desde então, vários dos elementos necessários foram colocados em prática, inclusive:

- (a) um Comitê Diretor de gerentes seniores, que está assumindo um papel ativo;
- (b) um Comitê Consultivo que oferece uma ampla gama de perícias em toda a Organização;
- (c) consultores externos que podem ajudar em vários aspectos do projeto;
- (d) avanços na escolha do software; e
- (e) decisão de desacelerar o projeto até que mais dos elementos necessários estejam implantados, para garantir uma base sólida sobre a qual iniciar o projeto em escala plena.

Próximos Passos

27. A gestão reconhece muitos dos elementos necessários que precisam ser implantados, e já começou a trabalhar neles. Esses elementos incluem:

- (a) avançar mais na governança e liderança geral do projeto;
- (b) revisar o *case* e as prioridades e incluir os interessados diretos;
- (c) realinhar a licitação conforme o *case*, inclusive dando maior prioridade ao projeto conforme definido em termos empresariais;
- (d) prosseguir com o processo de aquisição, com base em maiores trabalhos;
- (e) adotar os Objetivos de Controle para Informação e Tecnologias Relacionadas (COBIT), uma ferramenta profissional de gestão de projetos para um *case* integral;
- (f) interconectar de maneira muito próxima os Termos de Referência tanto do Integrador de Sistema como dos Assessores de Gestão de Mudança;
- (g) criar uma equipe sólida de projeto, recrutada dos melhores funcionários da OPAS;
- (h) criar um registro de risco do projeto; e
- (i) garantir juridicamente a continuidade do mainframe atual até que o sistema de ERP se torne satisfatoriamente operacional.

28. O Comitê de Auditoria adicionaria a esta lista a necessidade de começar a definir e documentar os novos processos e como eles serão executados dentro da Organização antes de substituir os sistemas existentes. Isso inclui tarefas de definição e documentação com os interessados diretos sobre como os processos e procedimentos existentes mudarão. Isto, por sua vez, garantirá que os processos sejam amplamente definidos, documentados, compreendidos e aceitos pelos usuários. Este aspecto deve começar assim que o software tiver sido escolhido. Sem este passo, há o perigo de que os procedimentos existentes, ou sistemas paralelos que podem não ser suportados pelo software, continuem a ser seguidos. Na opinião do Comitê de Auditoria, não foi dada atenção suficiente a este aspecto da gestão de mudança.

29. O Comitê de Auditoria observou que várias recomendações da Auditoria Externa—e, em alguns pormenores, o pleno cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS)—podem não ser plenamente implantadas até que o novo sistema de ERP esteja operacional. Qualquer desvio do cronograma original poderia ter consequências sobre as opiniões da auditoria sobre as Demonstrações Financeiras anuais. O Comitê observou que a Gestão Executiva da RSPA

estava avaliando os processos atuais de COBIT para determinar o melhor enfoque para a sua implementação.

Análise do Auditor Externo

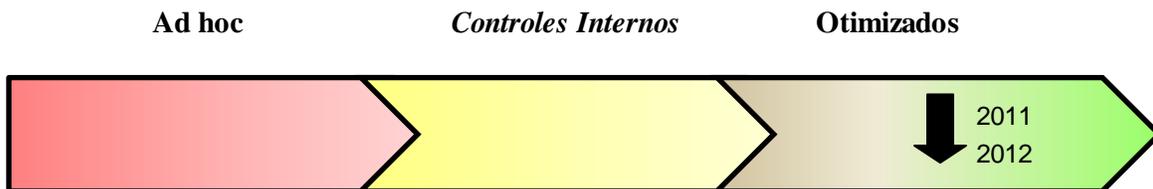
30. O Auditor Externo realizou uma análise do andamento do Projeto de PMIS-ERP e ofereceu recomendações para fortalecimento do projeto, que constam do Relatório Longo.

Recomendações do Comitê de Auditoria

31. O Comitê de Auditoria recomenda que:

- (a) a licitação seja realinhada de acordo com o *case*;
- (b) maiores avanços sejam obtidos quanto à governança e liderança geral do projeto;
- (c) os termos de referência do integrador de sistema e da assessoria de gestão de mudanças sejam interconectados de maneira muito próxima; e
- (d) a continuidade dos atuais serviços de mainframe seja garantido juridicamente até que o ERP esteja satisfatoriamente operacional.

Controles Internos



Houve diversas confirmações da eficácia dos Controles Internos.

Definição

32. Pode-se definir os controles internos como todos os sistemas, procedimentos, análises, e mecanismos de controle—inclusive as estruturas de governança—que apoiam o cumprimento ordenado e eficiente da missão e objetivos da OPAS enquanto protegem seus recursos, fundos, e ativos; auxiliam na dissuasão e detecção de erros, fraude, e roubo; asseguram a exatidão e integralidade de seus dados contábeis; produzem informações financeiras e de administração fidedignas e de maneira oportuna; e asseguram a aderência às políticas e planos da Organização. Portanto, os Controles Internos são uma ampla gama de atividades e melhorias identificadas pela Gestão Executiva da RSPA, pelos corpos de vigilância internos e externos da OPAS e por outros.

Declaração sobre os Controles Internos

33. A Diretora elaborou e emitiu uma declaração de responsabilidade no Relatório Financeiro da Diretora e Relatório do Auditor Externo para 2011 (*Documento Oficial 342*), apresentado à 150ª Sessão do Comitê Executivo, na qual ela explica sua responsabilidade pelos controles internos e os elementos importantes que fazem parte deles. Com base nos sistemas de governança implantados, a Diretora conclui que—na sua opinião—o “sistema de controle interno da Organização foi eficaz ao longo do período financeiro decorrido de 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, e permanece como tal” na data em que ela assinou a declaração. Na sua declaração, a Diretora faz menção à opinião geral do IES de que o “ambiente de controle interno da OPAS é adequado para fornecer segurança razoável de que as transações e atividades são autorizadas e registradas adequadamente.” O Auditor Externo constatou ser esta declaração compatível com a sua própria, e também compatível com as observações feitas pelo Comitê de Auditoria.

Áreas que Podem Ser Melhoradas

34. A Diretora faz menção a vários pontos fracos na sua declaração sobre os controles internos, assim como às ações que a OPAS vem realizando para abordar essas questões. Vários destes também são mencionados neste relatório. As observações da Diretora incluem:

- (a) sistemas de gestão empresarial, no que se refere ao trabalho em curso para implantação do PMIS;
- (b) implantação de projetos, especialmente no que diz respeito às Contribuições Voluntárias;
- (c) planejamento de sucessão para os funcionários;
- (d) resposta a emergências, no que se refere ao Centro de Operações de Emergência;
- (e) a conjuntura econômica internacional e seu impacto no orçamento; e
- (f) a provisão de verba a longo prazo para benefícios dos funcionários.

35. Na opinião do Comitê de Auditoria, a declaração sobre os controles internos elaborada pela Diretora reflete boas práticas, depende das diversas funções de supervisão e é compatível com as observações do Comitê de Auditoria.

Demonstrações Financeiras de 2011



O Auditor Externo deu uma opinião positiva sobre as demonstrações financeiras. As Demonstrações destacam um passivo descoberto em relação aos benefícios dos funcionários.

Demonstrações Financeiras da OPAS

36. De acordo com os seus termos de Referência, o Comitê de Auditoria examinou documentos, recebeu apresentações e estudou as áreas notificadas pelo Auditor Externo no Relatório Longo sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras de 2011. O Comitê de Auditoria está satisfeito com as Demonstrações Financeiras de 2011 e sua auditoria. Não identificou quaisquer questões além daquelas mencionadas nas Demonstrações Financeiras de 2011 e no *Relatório Financeiro da Diretora e Relatório do Auditor Externo para 2011*. As Demonstrações Financeiras de 2011 e os valores comparativos de 2010 cumprem plenamente com as IPSAS. Este avanço foi obtido por uma equipe dedicada a trabalhar no projeto das IPSAS por vários anos.

Passivo em Relação a Benefícios dos Funcionários

37. As Demonstrações Financeiras de 2011 incluem um passivo a descoberto relativo ao benefício de seguro-saúde pós-serviço dos funcionários, no valor de US\$181 milhões. Este passivo está detalhado na nota 12. Com relação a este passivo, a Diretora declara em seu Relatório de Controle Interno:

Embora várias iniciativas tenham sido implantadas para fornecer alguma verba em caráter tanto anual quanto ocasional, a Organização não possui um plano integral para o pleno financiamento do passivo do [seguro saúde pós-serviço] ao longo de um período determinado... Em 2012, a Organização contratará uma firma atuarial para fornecer uma análise das várias opções para conseguir a verba necessária. Este plano integral será apresentado aos Órgãos Diretores da OPAS para apreciação em 2013.

38. O Comitê de Auditoria deseja chamar a atenção dos Estados Membros a este passivo e à importância de acatar um plano integral para a satisfação de seus requisitos de verba com o passar do tempo.

Ação Judicial Coletiva

39. O Comitê de Auditoria recebeu um informe na nota 26 das Demonstrações Financeiras de 2011 em relação a uma ação judicial coletiva que foi representada contra o Governo dos Estados Unidos e OPAS, inclusive a resposta da Organização. O Comitê de Auditoria observou como a Gestão Executiva da RSPA abordou esta questão, referente a ações que, embora não relacionadas com o papel da OPAS há mais de 50 anos, configuram um risco em potencial de custos processuais e danos. Também examinou o relatório emitido em setembro de 2011 em Washington, D.C. pela Comissão Presidencial dos Estados Unidos para o Estudo de Questões Bioéticas, “Pesquisas eticamente impossíveis sobre doenças sexualmente transmissíveis realizadas na Guatemala de 1946 a 1948”. O Comitê de Auditoria solicitou à Gestão Executiva da RSPA que o mantenha a par de quaisquer acontecimentos que possam afetar significativamente a gestão de riscos e as demonstrações financeiras.

Trabalhos do Comitê de Auditoria para 2012–2013

40. O Comitê de Auditoria dará seguimento às suas atividades e às questões levantadas nos seus relatórios, para ajudar a OPAS a melhorar ainda mais e entrar na área “ótima” como identificada nos gráficos acima. Pediu maiores informações em relação a vários escritórios e pretende visitar as instalações da OPAS no Brasil na primavera de 2013.

41. A Gestão Executiva da RSPA indicou que seus funcionários fariam uma apresentação sobre a função da Fundação Pan-Americana para a Saúde e Educação (PAHEF) durante a próxima sessão do Comitê de Auditoria.

- - -